



RELATÓRIO ANUAL 2025

Assessoria de Comunicação Social da Procuradoria-Geral do Estado

Av. Borges de Medeiros, 1555 - 18º andar, Praia de Belas - Porto Alegre
imprensa@pge.rs.gov.br • (51) 3288-1737 • (51) 98445-6382

Procuradora-geral adjunta para Assuntos Institucionais: **Diana Paula Sana**

Coordenadora: **Vanessa Schneider**

Diagramação: **Raquel Heck e Gleison Henrique Ló**

Redação: **Greyce Malta, Lurdinha Matos e Vanessa Schneider**

Revisão: **Vanessa Schneider**

Fotos: **Paulo Garcia** - Assessoria de Comunicação Social - PGE-RS e Palácio Piratini

Governador do Estado

Eduardo Leite

Vice-governador do Estado

Gabriel Souza

Procurador-Geral do Estado

Eduardo Cunha da Costa

Procurador-Geral adjunto para Assuntos Jurídicos

Thiago Josué Ben

Procuradora-Geral adjunta para Assuntos Institucionais

Diana Paula Sana

Procuradora-Geral adjunta para Assuntos Administrativos

Paula Ferreira Krieger

**Coordenação-Geral das Assessorias Jurídicas da
Administração Pública Direta e Indireta**

Guilherme de Souza Fallavena

Coordenação do Gabinete

Morgana Sucolotti Panosso

CONTEÚDO

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO.....	5
ONDE ESTAMOS.....	6
PGE-RS EM NÚMEROS.....	8
PROCESSOS JUDICIAIS ATIVOS.....	9
60 ANOS DA PGE-RS	10
NOVOS PROCURADORES	11
NOVOS SERVIDORES	11
NOVAS INSTALAÇÕES.....	12
ECONOMIA GERADA	13
RECONHECIMENTO	13
ACORDOS HISTÓRICOS	14
CRPJ.....	15
REFAZ.....	16
INVESTIGAÇÃO	16
CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO	16
PARECERES.....	17
PRECATÓRIOS	18
ARRECADAÇÃO	18
CIRA-RS.....	20
ESAE-PGERS	21
SUSTENTABILIDADE.....	21
MAIS DESTAQUES	22

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO



A Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul (PGE-RS) é uma instituição permanente que integra a estrutura do gabinete do Governador. Na coordenação do Sistema de Advocacia do Estado, a Procuradoria atua na representação judicial e na consultoria jurídica a toda a Administração Pública estadual, garantindo a segurança jurídica às políticas públicas implementadas pelo gestor.

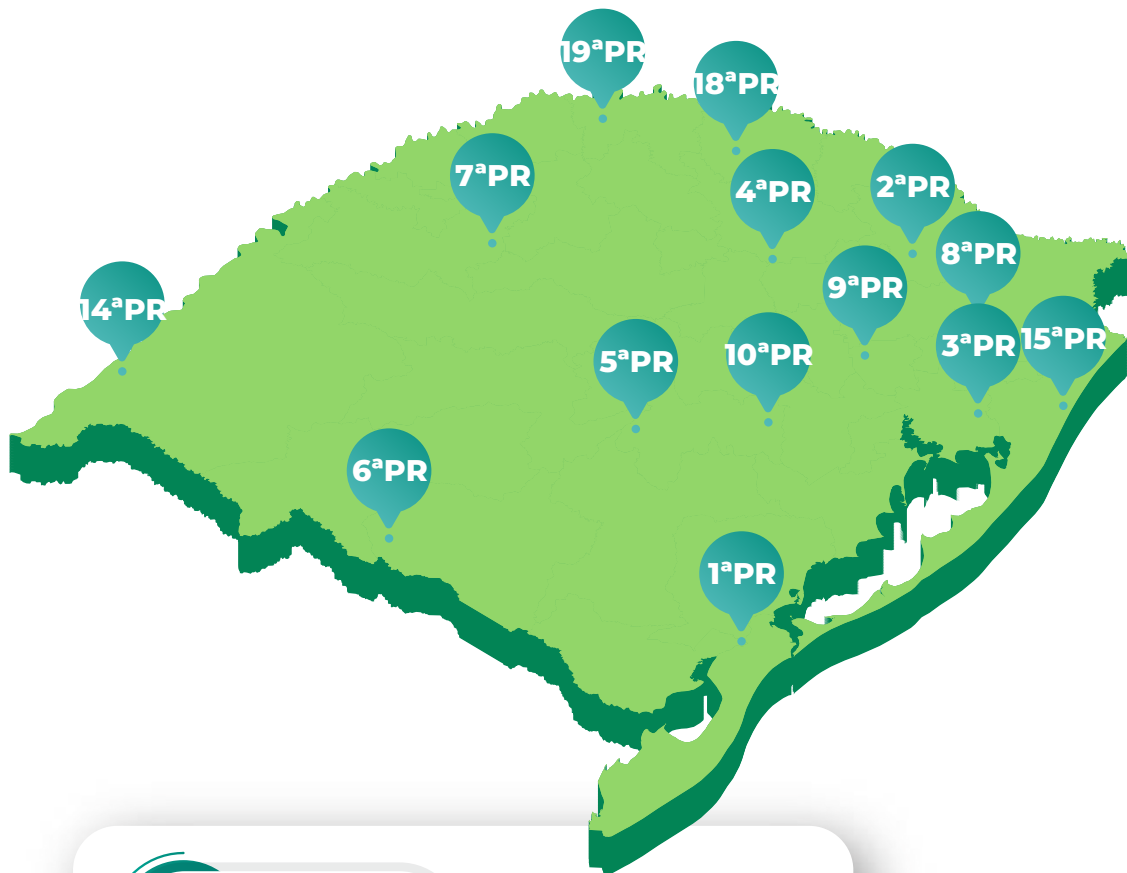
Com sede em Porto Alegre, a Procuradoria possui dez unidades especializadas na capital e Procuradorias Regionais instaladas no interior do Estado. A PGE-RS também atua em Brasília - DF, através da Procuradoria Junto aos Tribunais Superiores – PTS.

A PGE-RS tem por missão defender o Estado do Rio Grande do Sul e o interesse público por meio da atuação jurídica, e busca ser reconhecida pela excelência nessa atividade e pela proatividade na viabilização de políticas públicas.

Em 2025, a PGE-RS atuou em acordos históricos que encerraram debates de longa data no Estado, e permitiram investimentos estratégicos em áreas essenciais como Saúde, Segurança, Educação e Meio Ambiente. Além disso, a Procuradoria registrou mais de R\$ 2 bilhões em arrecadação decorrente da atuação judicial, sendo mais do que o dobro registrado em 2024.

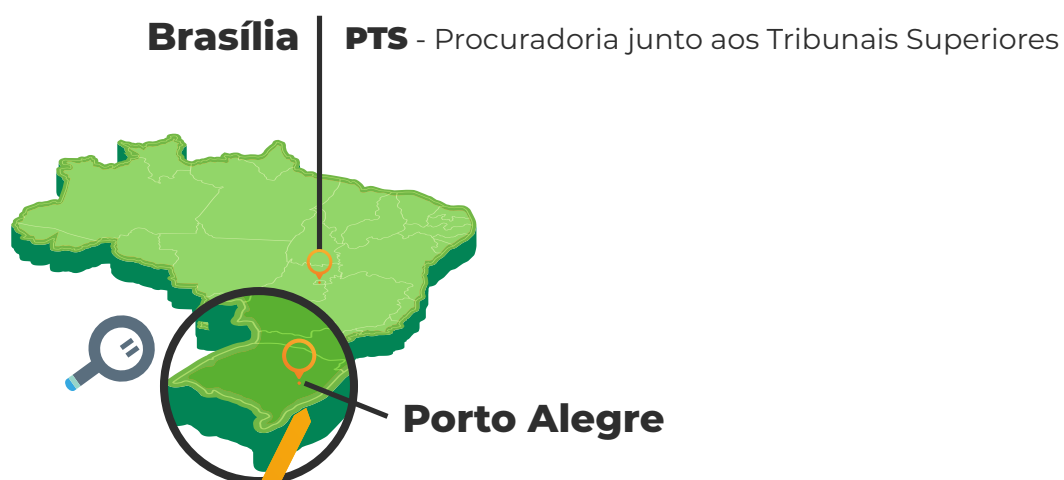
As páginas a seguir apresentam esses e outros fatos marcantes que exemplificam a atuação da Procuradoria e comprovam o compromisso da instituição com os interesses do Rio Grande do Sul.

ONDE ESTAMOS



Procuradorias Regionais

- 1ª PR** - Pelotas
- 2ª PR** - Caxias do Sul
- 3ª PR** - Canoas
- 4ª PR** - Passo Fundo
- 5ª PR** - Santa Maria
- 6ª PR** - Santana do Livramento
- 7ª PR** - Santo Ângelo
- 8ª PR** - Novo Hamburgo
- 9ª PR** - Lajeado
- 10ª PR** - Santa Cruz do Sul
- 14ª PR** - Uruguaiana
- 15ª PR** - Osório
- 18ª PR** - Erechim
- 19ª PR** - Frederico Westphalen



Procuradorias Especializadas

PDPA - Procuradoria Disciplinar e de Probidade Administrativa

PDPE - Procuradoria do Domínio Público Estadual

PF - Procuradoria Fiscal

PI - Procuradoria do Interior

PIDAP - Procuradoria de Informação, Documentação e
Aperfeiçoamento Profissional

PPJ - Procuradoria de Passivos Judiciais

PP - Procuradoria de Pessoal

PPREV - Procuradoria Previdenciária

PTRAB - Procuradoria Trabalhista

PSAÚDE - Procuradoria de Saúde

A PGE-RS conta, atualmente, com a atuação de



2209

pessoas

347



PROCURADORES

1427



SERVIDORES

389



ESTAGIÁRIOS

46

TERCEIRIZADOS





886.778
PROCESSOS
JUDICIAIS ATIVOS



Em 2025 a PGE-RS
contabilizou

200.491

Novos processos
judiciais

3.628

Ações Ajuizadas

1.781.479

Atividades jurídicas
registradas em sistema

541.927

Processos judiciais
com atividade

85.562

Laudos contábeis
elaborados

383.848

Processos administrativos
eletrônicos distribuídos

60 ANOS DA PGE-RS

A Procuradoria-Geral do Estado celebrou 60 anos em março, em evento que reuniu procuradores, servidores e autoridades no Salão Leopoldina Juvenil, em Porto Alegre. Na mesma data, a instituição lançou a nova identidade visual e o selo comemorativo pelos 60 anos, celebrados em 19 de março. Na ocasião, foi realizada também a Outorga das Honrarias Reconhecimento da Advocacia de Estado e Reconhecimento PGE-RS pelo procurador-geral do Estado, Eduardo Cunha da Costa, seguida de jantar que contou com a presença do governador do Estado, Eduardo Leite e outras autoridades.



O procurador-geral do Estado, Eduardo Cunha da Costa, valorizou o trabalho de excelência dos procuradores e servidores do Estado que compõem a Procuradoria.
Foto: Paulo Garcia PGE-RS



O procurador-geral do Estado, Eduardo Cunha da Costa, juntamente com as procuradoras-gerais adjuntas, Diana Paula Sana e Paula Ferreira Krieger, entregou as homenagens aos procuradores e servidores que completaram, em 2024, 15, 20 e 30 anos de exercício funcional. Foto: Paulo Garcia PGE-RS



Procuradoria-Geral do Estado

Nova identidade visual da Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul.



O governador Eduardo Leite ressaltou a importância do trabalho desenvolvido pela PGE-RS durante o Jantar de Aniversário. Foto: Paulo Garcia PGE-RS

NOVOS PROCURADORES



Os aprovados no 15º Concurso Público de Provas e Títulos para Provimento de Cargos na Classe Inicial da Carreira de Procurador do Estado do Rio Grande do Sul, são naturais de diversas regiões do Rio Grande do Sul, uma do Rio de Janeiro, um do Mato Grosso, um do Rio Grande do Norte e um de São Paulo. Foto: Paulo Garcia PGE-RS

Oito novos procuradores e procuradoras, foram empossados em cerimônia realizada em junho, no Palácio Piratini, com a presença do governador Eduardo Leite e do procurador-geral do Estado, Eduardo Cunha da Costa. A instituição passou a contar com 347 procuradores, reforçando seu papel na defesa do interesse público estadual e na estruturação de políticas nas áreas de saúde, educação, segurança e infraestrutura.

NOVOS SERVIDORES

A PGE-RS empossou 52 novos servidores em cerimônias realizadas em julho, no Auditório do Centro Administrativo Fernando Ferrari, e na Sala de Inovação em outubro. Foram empossados servidores para os cargos de Analista Contador, Analista Jurídico, Analista Psicólogo, Técnico Administrativo e Técnico em TI, reforçando o quadro da instituição. Outros sete servidores passaram a compor o quadro da Procuradoria temporariamente.



Novos profissionais aumentaram a equipe da PGE-RS para fortalecer a prestação do serviço público. Foto: Paulo Garcia PGE-RS

NOVAS INSTALAÇÕES



*Novos espaços para fortalecer a atuação da Procuradoria.
Foto: Paulo Garcia PGE-RS*

A Procuradoria do Domínio Público Estadual (PDPE), no Centro Administrativo Fernando Ferrari, e a Procuradoria junto aos Tribunais Superiores (PTS) ganharam novas instalações. A PDPE teve seu espaço reformado, com troca de piso, novos espaços para refeitório, atendimento, reuniões, coworking e audiências telepresenciais. A reinauguração, em junho, reuniu procuradores e servidores.

Em dezembro, foi inaugurada a nova sede da PTS, em Brasília. O espaço, junto ao gabinete do governador, possui uma área superior a 300 metros quadrados, divididos em nove gabinetes, sala de reuniões, secretaria e assessoria.



*Nova sede da PTS fica junto ao Gabinete do governador em Brasília.
Foto: Paulo Garcia PGE-RS*

ECONOMIA GERADA

ATUAÇÃO DA PGE-RS GERA ECONOMIA DE R\$ 2,1 BI EM 2025

A atuação processual da Procuradoria-Geral do Estado (PGE-RS) nos tribunais e a revisão de débitos atribuídos ao Estado geram permanente economia aos cofres públicos. Em 2025, esse trabalho resultou em uma economia total de cerca de R\$ 2,1 bilhões.

A atuação da PGE-RS diz respeito a todo resultado favorável alcançado por conta do acolhimento de teses exclusivamente jurídicas, ou seja, quando o Estado vence causas nos tribunais. A revisão de débitos gera economia a partir de perícias contábeis, que demonstram diferenças entre os valores cobrados pelas partes contrárias e o valor efetivamente devido pelo ente público segundo a Justiça. O resultado envolve a atuação processual jurídica e a atuação processual das perícias contábeis.

RECONHECIMENTO



Projeto da PSaúde foi duplamente reconhecido por premiações nacionais. Foto: Divulgação

A Procuradoria-Geral do Estado (PGE-RS) foi duplamente premiada com o projeto “Uso de Dados da Judicialização da Saúde para Aprimoramento da Política Pública” da Procuradoria de Saúde (PSaúde). O case foi reconhecido com o 1º lugar na categoria Poder Público, da 3ª edição do Prêmio Justiça e Saúde, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e pelo Prêmio de Inovação do J.Ex na categoria Inovação Social.

Em outubro, o governo do Estado promoveu premiação alusiva ao Dia do Servidor para homenagear servidores de todas as secretarias e autarquias, além de reconhecer iniciativas inovadoras. O projeto “Jornada de transformação digital na Câmara de Conciliação de Precatórios da PGE-RS” ficou com o quarto lugar na categoria “Destaques em Inovação – Ideias que Transformam”. Na ocasião, o analista contador Rudnei Bregolin foi reconhecido com o Prêmio de Reconhecimento Funcional.



A inovação na prestação do serviço público pela PGE-RS foi reconhecida por diferentes premiações. Foto: Divulgação

Na área contábil, o projeto Volume de Trabalho Pericial (VTP), apresentado pelo analista contador Rubens Tagliani Lopes, foi premiado com o segundo lugar no Prêmio Inovar Contábil, do Conselho Regional de Contabilidade (CRC-RS).

ACORDOS HISTÓRICOS



A Procuradoria atuou diretamente nas negociações com o Ministério Público, sempre de forma articulada com o governador Eduardo Leite. Foto: Paulo Garcia PGE-RS

constitucionais da receita direcionados à saúde, encerrando uma disputa de duas décadas. A revisão permitiu destinar R\$ 270 milhões extras em 2025 e mais de R\$ 1 bilhão até o fim de 2026, priorizando consultas, exames, cirurgias e urgência.

A PGE-RS mediou ainda o acordo judicial entre o IPE Saúde e 15 hospitais gaúchos em litígio. O ajuste reconheceu as instruções normativas do IPE Saúde que alteram pagamento por serviços hospitalares, com nova estrutura de diárias, taxas e insumos.

Em 2025, por meio da atuação da Procuradoria-Geral do Estado (PGE-RS), foram firmados acordos históricos em diversas áreas da administração estadual, como Saúde, Educação e Meio Ambiente. Tais instrumentos encerraram antigos debates no Estado e permitiram o aumento dos investimentos e a aplicação das leis que regem as áreas.

Saúde

PGE-RS e Ministério Público do Estado (MPRS) firmaram, em agosto, acordo que definiu novos critérios de cálculo dos 12%



Acordos viabilizados pela Procuradoria foram essenciais para o retorno de investimentos em áreas estratégicas para o desenvolvimento do Estado. Foto: Paulo Garcia PGE-RS

Também com atuação junto ao IPE Saúde, a Procuradoria viabilizou acordo junto à Santa Casa de Porto Alegre, credenciando o hospital como “Referência Estadual A1+” para serviços de alta complexidade com remuneração progressiva de 2025 a 2027.

O acordo traz previsibilidade financeira e assegura atendimento contínuo aos segurados do IPE Saúde.

Meio Ambiente

PGE-RS assina acordo e garante a aplicação do Código Florestal no Bioma Pampa

Em janeiro, a PGE-RS assinou o Termo de Autocomposição relativo ao Bioma Pampa e colocou fim a uma Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado (MPRS) que tramitava há dez anos. Com o acordo, os percentuais de reserva legal respeitarão as áreas consolidadas nos exatos termos do Código Florestal, preservando, como vegetação nativa, as áreas de pastoreio extensivo.

Também resultado de acordo com o MPRS, o governo do Estado assinou decreto que regula a conservação, proteção, recuperação e uso sustentável do bioma Pampa, alinhado ao Código Estadual do Meio Ambiente (Lei 15.434/2020) e ao Código Florestal (Lei 12.651/2012). O instrumento substitui o decreto anterior, define conceitos técnicos (como pousio, área regenerada, benfeitorias), cria regras para reserva legal, uso consolidado, manejo de espécies invasoras e uso controlado do fogo, e proíbe introdução de espécies exóticas sem autorização.



Decisão encerrou Ação Civil Pública de dez anos, que dificultava a implementação do Cadastro Ambiental Rural. Foto: Paulo Garcia PGE-RS

CRPJ

A PGE-RS apertou o cerco no combate a corrupção com projetos, operações e qualificações. Em julho foi publicada a resolução que regulamenta procedimentos para celebração de acordos de leniência no âmbito da Lei Anticorrupção.

A Comissão Permanente de Responsabilização da Pessoa Jurídica atuou na investigação de empresas envolvidas em contratos que somam mais de R\$ 390 milhões. Para fomentar o conhecimento sobre a pauta, a PGE-RS promoveu em novembro um seminário que discutiu a respeito da responsabilização de pessoas jurídicas contra a Administração Pública.



Encontro discutiu avanços, desafios e resultados alcançados, bem como apresentou orientações práticas sobre a atuação frente à Lei Anticorrupção. Foto: Paulo Garcia PGE-RS

REFAZ

As parcerias para regularização junto à Receita Estadual e Procuradoria-Geral do Estado (PGE-RS) de empresas devedoras de ICMS, o Refaz I e Refaz II, permitiram a quitação de dívidas com redução de até 95% em juros e multas. Na primeira edição, lançada em março, mais de 8 mil empresas aderiram à iniciativa, gerando uma economia direta de R\$ 2,86 bilhões ao setor produtivo gaúcho. Foram renegociados R\$ 7,18 bilhões em dívidas de ICMS.

O Refaz II contabilizou 896 contribuintes, quitando 5.245 créditos de ICMS. Foram R\$ 562,8 milhões negociados e R\$ 231,4 milhões já recolhidos. No total, os dois programas processaram 10.278 pedidos, renegociaram 114.191 créditos e alcançaram R\$ 7,76 bilhões em valores brutos, com R\$ 4,56 bilhões líquidos após descontos.

INVESTIGAÇÃO

A atuação estratégica da PGE-RS identificou indícios de fraudes envolvendo empresas e familiares de pacientes que, por meio de ações judiciais, buscavam serviços de tratamento domiciliar de saúde (home care). A investigação resultou na denúncia, pelo MPRS, de 12 pessoas por irregularidades em atendimentos médicos domiciliares na região das Missões.

Na mesma área, a PGE-RS garantiu a condenação da União ao ressarcimento de mais de R\$ 2 milhões ao RS por despesas com atendimento domiciliar a pacientes do SUS. A decisão reconhece a responsabilidade federal pelo serviço e assegura reembolso ao Estado, que custeou o tratamento para garantir continuidade do cuidado.

CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO

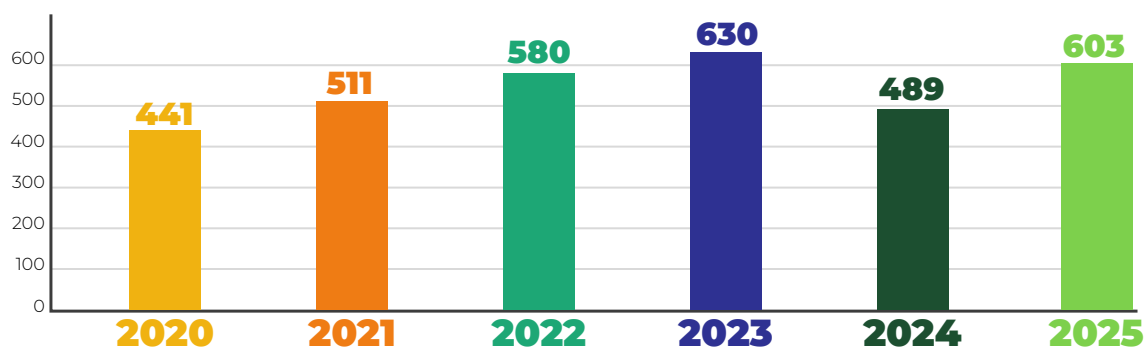
O Centro de Conciliação e Mediação do Estado do Rio Grande do Sul promoveu 34 sessões, das quais resultaram 22 acordos. Entre os destaques, sete acordos envolveram a Secretaria da Saúde, regularizando a situação de entidades vinculadas ao Sistema Único de Saúde (SUS) e assegurando a continuidade dos serviços públicos de saúde. No âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, foram firmados oito acordos com importantes agentes econômicos regionais, cuja execução permitirá a quitação de débitos superiores a R\$ 50 milhões.



PARECERES



Na atividade consultiva de orientação jurídica à Administração Pública Direta e Indireta estadual, a Procuradoria produziu **603 pareceres** não disciplinares e foram aprovadas **100 Orientações Jurídicas Setoriais (OJS)**. Os pareceres e OJS têm papel relevante na atuação dos gestores, pois norteiam juridicamente as condutas e conferem a segurança necessária às políticas públicas que serão destinadas à população.



PRECATÓRIOS

Câmara de Conciliação de Precatórios completa 10 anos

A Câmara de Conciliação de Precatórios (CCP) da PGE-RS completou dez anos em 2025, ano que marcou o fim da 8ª Rodada de Conciliação, com propostas que totalizaram R\$ 854 milhões de baixa no estoque de precatórios. Também foram abertas três novas rodadas, feito inédito desde a criação da CCP.

Na 9ª Rodada (TJRS), já foram oferecidos R\$ 425 milhões em 2.341 propostas; na 10ª (TRF4), já encerrada, R\$ 131 milhões em 190 propostas; e na 11ª (TRT4), R\$ 37 milhões em 319 propostas. Nas 10ª e 11ª rodadas, todos os precatórios receberam proposta automática, sem manifestação prévia do credor.

A Procuradoria também promoveu o seminário “Precatórios Estaduais: um panorama atual sobre o tema”, que reuniu procuradores e servidores em agosto para atualização e troca de experiências.

ARRECADAÇÃO



A PGE-RS atua tanto na defesa judicial da política tributária quanto na cobrança judicial da dívida ativa. Nesses escopos, ela também realiza o acerto de contas entre dívida ativa e créditos em precatórios e negociações para regularização de dívidas. Neste tópico, serão expostos a redução do estoque de dívida ativa de cobrança judicial, a majoração da arrecadação, bem como os mecanismos de regularização de dívidas com precatórios ou negociações em geral.

Em termos gerais, na atuação de cobrança, o estoque de débitos inscritos em dívida ativa apresentou uma redução comparativamente aos anos anteriores (sem atualização a valor presente). Da mesma forma, a arrecadação desses créditos também apresentou crescimento no atual exercício. Em síntese, apresentam-se os números referentes a 2025.

Tabela 1. Estoque da dívida ativa e arrecadação anual nominais.

Exercício	Estoque no final do exercício	Arrecadação nominal do exercício
2020	R\$ 34.199.989.972,28	R\$ 457.871.093,16
2021	R\$ 35.508.400.064,79	R\$ 366.008.251,25
2022	R\$ 37.574.465.984,89	R\$ 702.887.918,99
2023	R\$ 39.773.086.414,81	R\$ 577.366.926,96
2024	R\$ 40.734.917.502,95	R\$ 691.580.440,61
2025	R\$ 40.734.917.502,95	R\$ 691.580.440,61
2025	R\$ 37.967.178.087,38	R\$ 2.029.797.127,21
2025	R\$ 37.967.178.087,38	R\$ 2.029.797.127,21

Para robustecer o resultado financeiro, a PGE-RS tem investido em capacitação e em condutas proativas na negociação de dívidas, pois elas não apenas preservam os créditos a receber, como também viabilizam a atuação empresarial para o efeito de se estabelecer um cronograma de pagamentos e de redução do custo administrativo com a cobrança em âmbito judicial. Com isso, parte relevante do estoque da dívida ativa em cobrança judicial tem sido regularizada, seja em acordos de parcelamento, seja em penhoras de faturamento. Os dados compilados estão abaixo discriminados.

Tabela 2. Estoque da dívida ativa regularizada por acordos em valores nominais.

ANO	PARCELADO (a)	PENHORA FATURAMENTO (b)	TOTAL DÍVIDA NEGOCIADA (a+b)
2020	R\$ 559.755.245,81	R\$ 1.057.565.644,11	R\$ 1.617.320.889,92
2021	R\$ 343.032.926,88	R\$ 1.489.058.122,48	R\$ 1.832.091.049,36
2022	R\$ 447.562.888,51	R\$ 2.148.373.223,25	R\$ 2.595.936.111,76
2023	R\$ 528.538.660,90	R\$ 2.885.775.581,54	R\$ 3.414.314.242,44
2024	R\$ 663.092.863,22	R\$ 3.944.880.201,84	R\$ 4.607.973.065,06
2025	R\$ 1.681.439.441,28	R\$ 2.557.840.538,65	R\$ 4.239.279.979,93

Além desses números, o uso de créditos em precatório (dívidas passivas da Administração estadual) no encontro de contas com a dívida ativa tem sido uma

ferramenta importante, seja no âmbito do Programa Compensa, seja nas sub-rogações. Em 2025, a arrecadação total atingiu a importância de R\$ 243.166.959,69 da dívida ativa amortizada com precatórios. Isso implicou, também, a redução da ordem de R\$ 235.068.405,10, até novembro de 2025, no estoque de precatórios estaduais vencidos, considerando as operações junto ao Compensa e de sub-rogação.

Por fim, quando a defesa tributária é exitosa em casos de repetições de indébito (apenas parte dessa atuação envolve o pedido de restituição do contribuinte), o resultado pode ser mensurado na economia jurídica. E, para o ano de 2025, os números são os seguintes:

Mês	Valor
Janeiro	R\$ 41.020.046,76
Fevereiro	R\$ 6.630.075,65
Março	R\$ 9.979.076,09
Abril	R\$ 9.883.799,63
Maio	R\$ 44.149.794,30
Junho	R\$ 163.193.876,44
Julho	R\$ 42.168.042,54
Agosto	R\$ 87.230.129,94
Setembro	R\$ 46.248.169,89
Outubro	R\$ 39.437.157,17
Novembro	R\$ 66.489.777,90
Dezembro	R\$ 66.639.009,04
Total	R\$ 623.068.955,35

CIRA-RS

O Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (CIRA/RS) deflagrou duas operações contra sonegação fiscal em 2025. A primeira, em janeiro, apreendeu provas em três empresas de grupo do ramo cervejeiro, um dos cinco maiores devedores do Estado, e bloqueou judicialmente R\$ 7,4 milhões, sendo R\$ 6,3 milhões na esfera criminal e R\$ 1,1 milhão na cível.

Em novembro, as operações River e Helter Skelter atingiram grupo do comércio atacadista e varejista de aço, com dívidas superiores a R\$ 72 milhões em ICMS por sonegação e não recolhimento doloso. Foram determinados bloqueios de bens e valores de R\$ 34 milhões (River) e R\$ 48 milhões (Helter Skelter).

ESAE-PGERS

+ 8 mil participações
226 atividades
1600 horas



A Escola Superior de Advocacia de Estado (ESAE) registrou avanços significativos em 2025, somando mais de oito mil participações em sua plataforma.

Com melhorias na gestão, padronização e ampliação da oferta de cursos, resultando em

maior eficiência e engajamento dos usuários. Foram disponibilizadas 226 atividades na plataforma, sendo 35 cursos, 42 palestras e eventos online e mais de 152 eventos gravados, totalizando cerca de 1600 horas de capacitação e mais de 7 mil inscritos. A Escola registrou ainda um aumento de 49% nas inscrições e melhora na taxa de conclusão de 60% para 71%, em comparação a 2024.

Mais de 300 procuradores e servidores foram contemplados para participarem de capacitações custeadas pelo FURPGE/PROFISCO. Entre os 80 eventos, estão cursos de capacitação em Inteligência Artificial, Transformação Digital, Programa de Formação Continuada em Língua Inglesa, Projeto de Negociação em Harvard e Redação Jurídica.

SUSTENTABILIDADE



Evento alusivo ao Dia Mundial do Meio Ambiente, realizado em 5 de junho, contou com bate-papo e visita guiada à Unidade de Triagem Vila Pinto e Centro de Educação Ambiental Bom Jesus. Foto: Paulo Garcia PGE-RS

O Comitê Gestor Ambiental da PGE-RS, por meio do programa Sustentare, destinou durante o ano 5.127,51 kg de equipamentos enviados para reciclagem, além de 65 kg de tampinhas pelo Programa Tampinha Legal. Foram doados ainda 1.257 equipamentos em funcionamento, como computadores, monitores, impressoras e outros.

O Comitê realizou quatro palestras alusivas ao tema, que debateram a respeito das mudanças climáticas, agricultura e justiça climática, além da visita guiada à Unidade de Triagem Vila Pinto e Centro de Educação Ambiental Bom Jesus.

MAIS DESTAQUES

PGE-RS garante prosseguimento do Plano de Transição Energética Justa

A Procuradoria-Geral do Estado (PGE-RS) reverteu, no dia 13 de janeiro, junto ao TJRS, a liminar que havia suspenso o contrato com a consultoria formada pelo consórcio WayCarbon e o Centro Brasil no Clima para a elaboração do Plano de Transição Energética Justa.

PGE-RS reverte decisão no TJRS sobre início do ano letivo estadual

A PGE-RS reverteu, em fevereiro, junto ao TJRS, a liminar que suspendia o início do ano letivo de 2025 na Rede Estadual de ensino. A decisão viabilizou o início das aulas conforme planejamento da Secretaria Estadual da Educação.

A PGE-RS apresentou as medidas executadas pelo Poder Executivo em razão das altas temperaturas, orientando sobre o retorno seguro das escolas.

PGE-RS garante no STF a constitucionalidade da lei da reconstrução gaúcha

O Supremo Tribunal Federal acolheu a tese da PGE-RS e declarou constitucional a Lei Estadual nº 16.134/2024, que instituiu o Plano Rio Grande e o Fundo do Plano Rio Grande (Funrigs). Na ação direta de inconstitucionalidade, ajuizada pela procuradoria-geral da República, discutia-se o repasse de recursos do Funrigs para outros fundos estaduais, municipais ou órgãos responsáveis pelo planejamento e execução das ações de reconstrução (art. 5º, parágrafo único), bem como a participação do Executivo estadual, com recursos do Funrigs, em fundo financeiro privado criado por instituição controlada pelo Estado (art. 8º).

South Summit: PGE-RS detalha experiência com o Microsoft 365

A PGE-RS participou do South Summit Brazil 2025 com o painel “Ambientes digitais de trabalho: PGE no Microsoft 365”, detalhando as formas de explorar a ferramenta. Em menos de um ano foram 200 mil acessos e mais de 230 servidores conectados em

ambiente de trabalho unificado. Foi destaque a criação de estrutura de governança de dados, o protagonismo dos usuários e o uso de robôs como Tchê Achei, tornando a inovação uma cultura institucional.



A procuradora-geral adjunta para Assuntos Institucionais, Diana Paula Sana, foi a mediadora do painel. Foto: Paulo Garcia PGE-RS

Atuação da PGE-RS viabiliza continuidade do concurso para oficiais da Brigada Militar

A Procuradoria reverteu a suspensão do concurso público para oficiais da Brigada Militar. O certame estava suspenso por liminar concedida em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado. A decisão reforça que a estrutura e ingresso nas corporações militares são de competência estadual, não federal, garantindo a continuidade do concurso diante da prioridade da segurança pública no Estado.

PGE-RS ajuíza ação para garantir segurança jurídica em investigação de descontos irregulares em folha de pagamento de servidores

A PGE-RS ajuizou ação para direcionar à conta judicial os descontos em folha de 243 servidores inativos, que somam cerca de R\$ 1,5 milhão desde 2021. A auditoria da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado identificou indícios de uso de “contribuições associativas” como máscara para empréstimos com juros abusivos. A medida busca garantir segurança jurídica aos cofres públicos e proteger os servidores.

Com atuação da PGE-RS, Estado inicia programa para negociação de dívidas tributárias

O Estado do RS lançou, em setembro, o programa Acordo Gaúcho para negociação de dívidas tributárias inscritas em dívida ativa há mais de dois anos. A iniciativa, conduzida pela PGE-RS e Receita Estadual, ofereceu descontos de até 90% em multas e 50% em juros, visando facilitar a regularização e recuperar receitas.

No primeiro mês do programa, quase R\$ 2 milhões em dívidas de IPVA foram regularizadas no RS.

PGE-RS garante continuidade de processo de contratação para contenção de cheias em Eldorado do Sul

A PGE-RS garantiu a continuidade do processo de contratação para obras de contenção de cheias em Eldorado do Sul. A medida assegurou a execução do projeto emergencial após questionamentos jurídicos, visando proteger a população e reduzir impactos das enchentes que atingiram a região.

PGE-RS garante vitória no STF sobre Lei de fiscalização tributária

Com atuação da PGE-RS, o STF confirmou a constitucionalidade da Lei gaúcha 13.711/2011 e do Decreto 48.494/2011, que criaram o Regime Especial de Fiscalização para devedores contumazes de ICMS. A decisão, em 22 de agosto, atendeu à defesa da PGE-RS e Receita Estadual, garantindo medidas como exigência de garantias e divulgação de lista, para combater sonegação e proteger arrecadação de R\$ 3,7 bilhões.

PGE-RS e SEFAZ investigam empresas em contratos que somam mais de R\$ 390 milhões

A PGE-RS e a SEFAZ (Secretaria da Fazenda), por intermédio da CAGE (Contadoria e Auditoria-Geral do Estado), desde 2021, já receberam 87 processos administrativos (PROAs), com aumento progressivo ao longo dos anos, passando de um único processo em 2021 para 48 em 2025. Atualmente, tramitam 74 processos administrativos, dos quais 45 são Processos Administrativos de Responsabilização (PAR), além de 12 processos judiciais e análises de acordos de leniência e termos de compromisso. Mesmo com a mensuração ainda parcial, os contratos analisados já somam quase R\$ 400 milhões, evidenciando a relevância das apurações.

Um dos principais avanços estruturantes envolvendo a Lei Anticorrupção dentro da PGE-RS foi a criação da Equipe de Integridade e Anticorrupção da PDPA, responsável por análises técnicas, uniformização de entendimentos e apoio contínuo aos processos judiciais, PPIs, PARs e acordos de leniência. A equipe ampliou a capacidade institucional do Estado e se consolidou como um dos pilares do modelo de integridade, fortalecendo a segurança jurídica e a efetividade da responsabilização de pessoas jurídicas.

Tecnologia e inovação: PGE-RS lança ferramenta de IA



O lançamento contou com palestra do procurador do Município de Belo Horizonte, Caio Perona, criador da Minuta IA.
Foto: Paulo Garcia PGE-RS



Identidade visual do software de inteligência artificial da PGE-RS – Minuta IA.

A PGE-RS lançou a plataforma de inteligência artificial Apo.IA, apresentada como marco histórico para modernizar a gestão jurídica do Estado. A primeira aplicação, Apo.IA Minutas, auxilia na elaboração de textos jurídicos e permite converter documentos em podcasts. Todos os procuradores já têm acesso à plataforma, que busca agilizar análises, reduzir prazos e aumentar a eficiência nos processos.

PGE-RS atualiza regulamentação e moderniza gestão e fiscalização de contratações de serviços terceirizados



PGE-RS atuou na construção jurídica do novo decreto de gestão de fiscalização de contratos de empresas terceirizadas.
Foto: Paulo Garcia PGE-RS

O governador Eduardo Leite assinou, em outubro, o decreto que modernizou a gestão e a fiscalização das contratações de serviços terceirizados no âmbito do Executivo estadual. A nova norma atualizou a regulamentação anterior, adequando-a às regras da Lei Federal nº 14.133/2021, a nova Lei de Licitações. A modernização do marco legal foi resultado de trabalho conjunto da Procuradoria-Geral do Estado (PGE-RS), responsável pela elaboração jurídica da norma, e da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG). A atualização do decreto representou um avanço na gestão contratual do Estado, reduzindo

passivos trabalhistas, ampliando a proteção aos trabalhadores e garantindo maior segurança jurídica e eficiência na execução dos serviços públicos.

PGE-RS realiza edição de 2025 do Ciclo de Debates da Nova Lei de Licitações e Contratos

O Comitê Gestor de Regulamentação e Implementação da Nova Lei de Licitações e Contratos, composto pela PGE-RS, em conjunto com a Subsecretaria da Administração Central de Licitações do Estado (Celic), a Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (CAGE) e a Casa Civil, promoveu entre agosto e novembro o Ciclo de Debates de 2025 sobre as compras públicas. Com os temas Credenciamento, Adiantamento de Numerário, Técnica e Preço e Leilão, o comitê abordou os decretos recentes relacionados a processos licitatórios no Estado.



Evento reuniu procuradores do Estado e servidores que atuam na área de compras e contratos da administração pública. Foto: Paulo Garcia PGE-RS

PGE-RS correaliza evento para capacitação de servidores em compras públicas de inovação



*InovaGov encerrou com mais de 150 servidores capacitados.
Foto: Paulo Garcia PGE-RS*

A Procuradoria-Geral do Estado (PGE-RS) realizou a capacitação “InovaGov – Compras Públicas de Inovação”, que ocorreu entre os dias 1º e 3 de dezembro no Parque Científico e Tecnológico da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Tecnopuc).

Os participantes tiveram acesso a palestras, aulas e oficinas sobre o uso das mais recentes legislações relacionadas às compras públicas de inovação. O conteúdo focou em cenários práticos, na segurança jurídica para a realização de compras públicas de inovação e nos cases de sucesso no Brasil.

Lideranças femininas da PGE-RS são homenageadas em café da manhã

A Procuradoria-Geral do Estado (PGE-RS) promoveu, em março, um café da manhã em homenagem às lideranças femininas da instituição. Foram convidadas representantes de todas as unidades especializadas e órgãos da casa. O evento, alusivo ao Dia Internacional da Mulher, foi marcado por diálogos enriquecedores que incentivam a valorização do papel feminino na construção de um ambiente de trabalho mais igualitário e colaborativo.



*O encontro fez parte das comemorações pelos 60 anos da Procuradoria.
Foto: Paulo Garcia PGE-RS*

PGE-RS promove diálogo sobre violência contra a mulher e políticas públicas



Painel destacou a importância de políticas públicas voltadas ao tema. Foto: Paulo Garcia PGE-RS

A PGE-RS promoveu, no dia 15 de outubro, a palestra “Violência contra a mulher: um olhar psicanalítico”. A coordenadora-geral adjunta para Assuntos de Licitações e Contratos e procuradora-geral adjunta para Assuntos Institucionais substituta, Fernanda Foernges Mentz, destacou a importância da criação da Secretaria Estadual da Mulher.

O encontro contou com a participação da secretária da Mulher, Fábiana Richter, que ressaltou a necessidade de atenção coletiva à proteção das mulheres; da coordenadora da Comissão Permanente

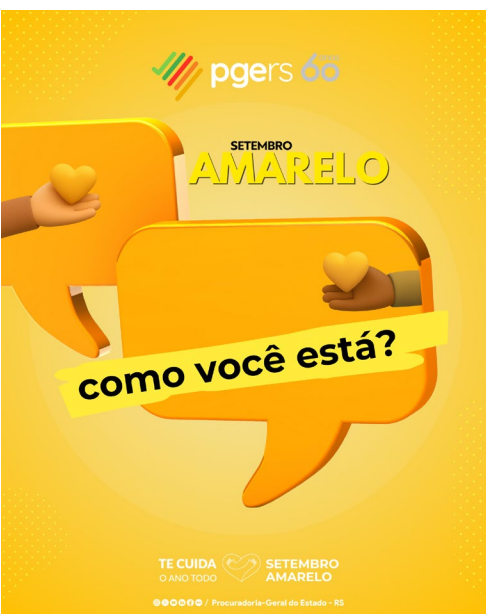
de Defesa dos Direitos Humanos, Lisandra Moraes de Azeredo; da procuradora do Estado do Rio de Janeiro, Fernanda Mainier, presidente do Fórum Nacional de Equidade e Diversidade do Conpeg; e da psicanalista Marli Bergel, que abordou os aspectos psicológicos da violência contra a mulher e sua presença estrutural na sociedade.

Te cuida o ano todo

A palestra “Câncer: identificação e prevenção” lotou o Auditório da PGE-RS em setembro. A médica oncologista Juliana Florinda Mendonça Rêgo trouxe dados sobre a doença, além de explicar sobre rastreamento e prevenção. O diretor médico de Ensino e Pesquisa da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, Antônio Nocchi Kalil, foi o mediador da palestra, que contou com abertura do procurador-geral do Estado, Eduardo Cunha da Costa, e da secretária estadual da Saúde, Arita Bergmann.



Secretária da Saúde fez a abertura do evento junto ao procurador-geral. Foto: Paulo Garcia PGE-RS



Setembro Amarelo: um convite ao olhar interno e ao cuidado coletivo

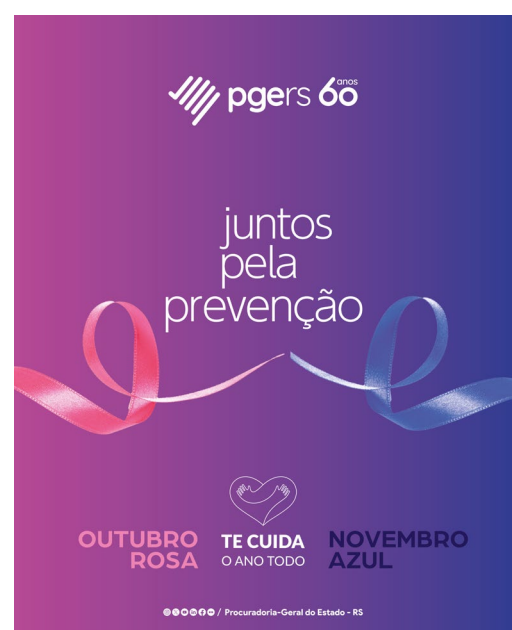
A campanha “Como você está?”, lançada pela PGE-RS em setembro, incentiva a adoção de práticas de autocuidado físico e mental durante todo o ano.

A iniciativa propõe reflexões sobre saúde integral e bem-estar coletivo, reforçando a importância da prevenção e da qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Outubro e Novembro

A PGE-RS uniu as campanhas Outubro Rosa e Novembro Azul para reforçar a importância do cuidado com a saúde como uma prioridade o ano inteiro.

A campanha “Juntos pela prevenção” combinou os símbolos da luta contra os cânceres de mama e próstata, e convidou todos a se engajarem na busca por uma vida mais saudável e equilibrada.



Dezembro Vermelho e Laranja na PGE-RS destaca a importância da prevenção e do diagnóstico

A PGE-RS se engajou em dois temas de destaque no último mês do ano: a conscientização sobre o câncer de pele e a prevenção ao HIV/Aids. A importância da prevenção e do diagnóstico precoce foi destaque e a campanha foi intitulada “Dezembro Vermelho & Laranja: a vida continua após o diagnóstico”. A mensagem buscou ressaltar a importância da proteção, da testagem e do diagnóstico precoce. A iniciativa integra a campanha “Te cuida o ano todo”, que incentiva a adoção permanente de hábitos saudáveis.

Páscoa Solidária

Diversas Secretarias e órgãos do governo estadual se uniram, pelo sexto ano consecutivo, na campanha Páscoa Solidária, que teve início na PGE-RS e é coordenada pela Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG), por meio da Subsecretaria de Gestão de Pessoas (Sugep).

A campanha levou materiais escolares, doces diversos e 1.250 caixas de chocolate tipo Bis para as crianças e adolescentes da Casa Madre Giovanna (Campo da Tuca) e do Centro Infante Juvenil Monteiro Lobato (Restinga), instituições localizadas em Porto Alegre.

PGE-RS participou da distribuição de mais de 300 presentes na campanha Natal Solidário

Apadrinhadas por procuradores e servidores da PGE-RS, mais de 300 crianças e adolescentes de instituições da capital foram contemplados na 11ª edição consecutiva da campanha Natal Solidário. A iniciativa de arrecadação e distribuição de brinquedos foi promovida pela Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG) com o apoio de diversos órgãos do Estado.

Quase mil presentes foram entregues a 360 crianças e adolescentes acolhidos por instituições da capital, marcando o maior número de beneficiados desde o início da campanha.



pgers

RELATÓRIO ANUAL 2025